

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.828 - MG (2019/0299529-0)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**RECORRENTE** : DAVID LORRAN RODRIGUES COSTA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DAVID LORRAN RODRIGUES COSTA contra acórdão proferido pela 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.107513-4/000.

Noticiam os autos que o recorrente foi preso em flagrante por ter, supostamente, cometido os delitos previstos no art. 33, c/c o art. 40, inciso IV, ambos da Lei n. 11.343/2006, e art. 14 da Lei n. 10.826/2003, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Sustenta a nulidade das decisões, "*pois nem na origem, nem o r. acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, existiu manifestação concreta sobre a possibilidade de conversão da segregação cautelar em medida diversa*" (e-STJ fl. 93).

Defende que a quantidade de droga encontrada com o acusado seria pequena, não justificando o seu encarceramento provisório.

Realça as condições pessoais favoráveis do réu, que seria primário, de bons antecedentes e com residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Afirma que, caso condenado, fará jus à aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de drogas, o que possibilita a fixação de regime inicial diverso do fechado e a substituição por restritiva de direitos, razão pela qual a prisão preventiva do acusado seria mais severa que os efeitos de sua eventual condenação.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer o provimento do recurso para que seja declarada a nulidade da segregatória preventiva do recorrente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor ou, subsidiariamente, caso entenda necessário, sejam fixadas medidas cautelares menos gravosas.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho

# Superior Tribunal de Justiça

do aresto impugnado (e-STJ, fls. 78-79):

[...]

*Extraio, da decisão de base, o trecho a seguir:*

*“(...) No caso em tela, não obstante a primariedade do autuado, tem-se que as circunstâncias do crime são graves, constando do APFD que policiais durante operação na Vila Marcola, posicionaram-se em um local estratégico, quando avistaram diversos indivíduos que ao perceber a presença da guarnição, empreenderam fuga, sendo que um deles, posteriormente identificado como o autuado David, dispensou um objeto, contudo, os policiais lograram êxito apenas em sua abordagem. Ressalta-se, que os policiais localizaram o objeto dispensado, tratando-se de um revólver calibre .38, com 04 munições intactas, bem como encontraram em posse do autuado, 25 porções de maconha, 01 rádio comunicador e a quantia de R\$81,00, o que sedimenta o fumus commissi delicti. A substância entorpecente apreendida totalizou 50,0g de maconha, o que aliado a apreensão de uma arma de fogo, revela a gravidade concreta do delito e aponta para o periculum libertatis. Destarte, inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da pri são preventiva, que se faz necessária para a garantia da ordem pública. (...)”*

*A argumentação trazida na aludida decisão e os demais elementos encartados nos autos são todos endereçados à conclusão que a prática do suposto crime tal como se deu, revela destacada gravidade concreta, cujo “modos operandi” não parece se coadunar com atividade meramente isolada ou eventual, uma vez que, ao que se noticia, durante as diligências policiais (em operação de combate ao tráfico de drogas), foi apreendida razoável quantidade de droga em posse do paciente e destinada à mercancia ilícita, a saber, 50g de maconha (Exame Preliminar em ordem 02, f. 18), além de arma de fogo municada, rádio transceptor e quantia em dinheiro; tudo isso a indicar o envolvimento habitual do paciente com a narcotraficância.*

*Tais circunstâncias potencializam a análise de cuidado e proteção ao corpo social a ser feita no juízo de risco próprio desta fase processual (juízo de periculosidade e não juízo de certeza), o que me leva a acreditar que não se pode, in casu, falar em ilegalidade da decisão constritiva, constituindo-se a manutenção da segregação do paciente em medida necessária para o efetivo resguardo da ordem*

# Superior Tribunal de Justiça

*pública.*

*Pelos mesmos fundamentos expendidos acima, entendo pela impossibilidade da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois, a meu ver, são insuficientes e ineficazes para plena garantia da ordem pública.*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator